

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE

CURSO DE PSICOLOGIA

RENATA FRIGORI MARINO MILLAN

PRÁTICAS EDUCACIONAIS PARA O EXERCÍCIO DA
CIDADANIA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

SÃO PAULO

2015

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

RENATA FRIGORI MARINO MILLAN

PRÁTICAS EDUCACIONAIS PARA O EXERCÍCIO DA
CIDADANIA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Trabalho de conclusão de curso como
exigência parcial para graduação no curso
de Psicologia, sob orientação da Prof^a. Dr^a.
Marilda Pierro de Oliveira Ribeiro

SÃO PAULO

2015

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, de quem sinto o maior orgulho possível e que sempre acreditaram em mim, apoiaram minhas escolhas e participaram de todos os processos de minha vida, incluindo esta pesquisa. A confiança, amor, carinho e colo, deram luz e incentivo às minhas realizações.

Ao meu irmão e sua história, que me fazem pensar sobre educação há mais tempo que consigo lembrar.

Ao Thomas, companheiro de todas as horas, que confiou em mim, me ouviu e me levantou quando mais precisei, sempre iluminando a vida.

À Ana, Ruy e Cristina, pela força que sempre me deram, por acreditarem em mim e principalmente por me acolherem tão bem, deixando a vida mais bela.

À Luzia Orsolon, com quem aprendi muito sobre educação e contribuiu com a minha formação desde o início.

A orientadora desta pesquisa, Prof^a Dr^a Marilda Ribeiro, que me compreendeu e ajudou a me conhecer melhor ao longo deste trabalho, dedicou-se e confiou em mim quando mais precisei.

À Layla, que com todo carinho de sua amizade leu este trabalho, contribuiu com sua sabedoria e me deu forças quando parecia ter acabado o fôlego.

Aos amigos que ouviram meu tema e me incentivaram, compartilharam leituras e deram força neste processo, acreditando e me fazendo acreditar em mim.

As minhas orientadoras de Iniciação Científica, Prof^a Dr^a Maria Helena Franco e Prof^a Dr^a Fernanda Gouveia-Paulino, que antes deste trabalho já haviam me ensinado sobre os prazeres da ciência.

RESUMO

Área de Conhecimento: 7.07.00.00-1 Psicologia

Título: Práticas educacionais para o exercício da cidadania: uma revisão sistemática

Orientanda: Renata Frigori Marino Millan

Orientadora: Marilda Pierro de Oliveira Ribeiro

A Psicologia tem diferentes possibilidades de atuação dentro das instituições educacionais, sendo uma delas a coordenação de grupos com educandos para resolução de conflitos e discussão de temas não cognitivos junto a educandos ou professores. Esta aprendizagem de conteúdos não cognitivos tem sido amplamente discutida em documentos internacionalmente acordados. Em leis brasileiras, essa aprendizagem é concebida como exercício da cidadania. O objetivo desta pesquisa foi fazer uma revisão sistemática da literatura de modo a encontrar pesquisas ou relatos de experiência com intervenções que promovessem o exercício da cidadania na educação básica. A revisão fez-se a partir de artigos de periódicos encontrados nas bases de dados SCIELO e PEPSIC, a partir de 2009. Foram encontrados sete artigos dentro dos critérios de inclusão. Destes artigos, dois visavam à identidade e desenvolvimento pessoal; quatro interviram para prevenção de violência e melhoria da convivência; e um para práticas amplas de cidadania. Todas as intervenções apontaram resultados favoráveis e propiciaram participação ativa dos educandos. Quatro foram realizados por psicólogas. A produção científica de artigos neste tema pode ser considerada baixa (média de 1,14 artigos por ano). Mostram-se necessárias novas pesquisas que incluam teses, dissertações e livros. No mais, considerou-se que muitas práticas educacionais podem não ser objetos de estudos científicos, não havendo assim sua publicação ou relato.

Palavras chave: psicologia escolar; exercício da cidadania; práticas educacionais.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	5
2	MÉTODO... ..	14
3	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	15
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
5	REFERÊNCIAS.....	29
6	ARTIGOS ANALISADOS.....	31

1 INTRODUÇÃO

A psicologia no Brasil nasce na educação, dentro dos currículos das primeiras escolas normais, quando seus primeiros laboratórios são instalados, no início do século 20. (PROENÇA, M., 2008; GOMES, W., 2003). Desde então, a psicologia se desenvolve e constrói sua identidade e o mesmo acontece com a atuação das psicólogas nas instituições escolares. Antes da Lei nº 4.119/62 que regulamenta a profissão e de haver uma categoria profissional, as psicólogas faziam uso dos testes psicológicos como ferramentas nas escolas, para formar classes mais homogêneas, fundamentando-se em modelos clínicos (BOCK, 2010).

Patto (*apud* OLIVEIRA & LEONARDO, 2013) identifica a aplicação de testes psicológicos como produto de um período que mudou as concepções acerca das crianças e de suas dificuldades. A autora refere-se à década de 1930 quando a criança que não aprende passou de ser anormal para criança problema. É neste contexto que se instauram as clínicas psicológicas escolares, que vinham a serviço de diagnosticar e tratar estas dificuldades. Segundo a mesma autora, apesar de uma intenção diferente, estas clínicas na escola acabaram por patologizar o ensino e rotular os alunos.

Contudo, a partir dos anos 1980, no berço de movimentos sociais para redemocratização do país e uma nova Constituição, a Psicologia e a Psicologia Escolar questionam-se a serviço de quê e de quem estariam. Pesquisadores e profissionais em particular da Psicologia Escolar e Educacional passaram a incorporar em suas reflexões a sociedade de classes em que se situavam e a problematizar suas práticas, uma vez que, até então, contribuíam pouco para a melhoria da escola (PROENÇA, 2008).

Estes questionamentos autocríticos da Psicologia e Psicologia Escolar e Educacional ampliaram as discussões sobre políticas públicas em educação avançando na construção do seu papel social e fomentando a crítica de que o modelo clínico aplicado às instituições deveria ser superado, abrindo espaço para uma atuação que ajudasse a repensar e problematizar o ambiente escolar; a analisar a instituição - levando em conta o meio social, os grupos que a compõem, as relações de poder, visando conhecer a ideologia que permeia a

política educacional da escola; e a descentralizar a culpa que muitas vezes recaía sobre os alunos ou professores quando algo parecia falhar no processo ensino-aprendizagem.

Em 2009, ocorreu o ano temático sobre psicologia e educação, organizado pelo Sistema de Conselhos de Psicologia - órgão que unifica os conselhos de classe das psicólogas - cuja finalidade foi destacar as contribuições da psicologia na educação para todos, retomando e completando as diretrizes para a formação do psicólogo e sua atuação em instituições educacionais:

“Defendemos: (1) que o psicólogo estabeleça interlocução entre as diversas instâncias e setores, considerando os saberes acumulados por instituições que atendem público específico, como por exemplo: pessoas com deficiências, sofrimento mental, etc.; (2) que psicólogo participe da construção do projeto político-pedagógico da escola; (3) que o psicólogo atue como mediador nas tensões e conflitos produzidos nas relações entre os atores da escola, fortalecendo pessoas e grupos na promoção de autonomia e na superação das adversidades, considerando as condições objetivas e subjetivas dos processos psicossociais; (4) que o psicólogo atue junto à equipe pedagógica na direção de entender o fenômeno educativo na sua dimensão institucional.” (Carta aos psicólogos do Sistema Conselhos de Psicologia, 2008).

Recentemente, o Conselho Federal de Psicologia (2013) publicou documento com referências técnicas para a atuação de psicólogas na educação básica que segue esta linha de atuação, citando algumas possibilidades de trabalho da psicóloga, principalmente com a equipe, educadores, familiares e também com os educandos – mas em caráter educativo e não clínico, conduzindo grupos voltados a orientação profissional, sexualidade, preconceito, entre outras temáticas consideradas subjetivas.

No mais, os documentos nacionais elaborados tanto pelo Conselho Regional de Psicologia - cadernos temáticos sobre Psicologia e Educação (2008) - quanto pelo Conselho Federal de Psicologia - Referência para atuação do

psicólogo na Educação Básica (2013) -, que se destinam a problematizar a ação das psicólogas nas instituições educacionais indicam que avaliar e elaborar laudos psicológicos que apontam apenas as dificuldades dos alunos e suas funções deficientes, em vez de suas possibilidades, pouco auxilia os professores em sua prática pedagógica, ao contrário, favorecem práticas de exclusão.

Devido a isto, seria mais favorável, tanto à criança quanto à escola, avaliar o aluno prospectivamente, naquilo que ele pode se desenvolver, mas sem se esquecer de contextualizar a queixa e refletir acerca da produção social do fracasso escolar, e as condições existentes para o desenvolvimento das crianças. (CONSELHO 2013).

Até aqui foi possível discorrer brevemente sobre a construção da Psicologia Escolar no Brasil. Considerando que a educação é um dos temas centrais desta pesquisa, torna-se agora necessário apresentá-la, mergulhando em como se faz educação, o que a sociedade tem como metas e como seria possível atingi-las. Assim, a psicologia poderá afinar-se aos direitos do homem e cumprir uma parte de seu compromisso ético político.

A partir de agora, o foco do trabalho será nos documentos nacionais e internacionais que discutem a educação, seu propósito, seus objetivos e metas.

A educação compõe um dos direitos fundamentais do homem, sendo o XXVI direito da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e sua prática esta descrita como devendo ser:

“[...] orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz” (ONU, 1948, pp.14).

Sendo assim a DUDH não só aponta um direito como indica um norte para a atuação, ou seja, aponta a necessidade da educação abarcar além de

conteúdos cognitivos, os não cognitivos que dizem referem a ética e moral, respeito, boa convivência, entre outros.

Nos documentos brasileiros esta formação para além dos conteúdos cognitivos é descrita como exercício de cidadania (BRASIL 1997; BRASIL, 1996; BRASIL, 1990) e também são apontados como imprescindíveis à educação. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL,1996), as diretrizes para a educação básica perpassam a difusão de valores ao interesse social e respeito ao bem comum, cidadania - direitos e deveres - e aprimoramento do educando como pessoa humana.

Por isto, escolheu-se para o título desta pesquisa o “exercício da cidadania”, por entender este conceito como amplo e abrangente – pois diz respeito à relação com o outro, com a diversidade, a autonomia, a mediação de conflitos, desenvolvimento sociomoral, ética, enfim, aprendizagens necessárias para o pleno desenvolvimento da personalidade humana.

Além dos documentos nacionais e internacionais, diferentes autores contribuem para a discussão sobre educação em seu caráter abrangente que vai além dos conteúdos formais, como apresentados a seguir.

Piaget (1977), ao assumir a definição da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), como a educação sendo pleno desenvolvimento da personalidade também assume a perspectiva de uma educação ampla, que engloba tanto conteúdos formais quanto habilidades sociais, convívio entre pessoas, vida em coletividade e exercício da cidadania.

O autor escreve um livro inteiro com a finalidade de discutir os rumos da educação, e desenvolve o conceito de personalidade escrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos. A personalidade é colocada como “certa forma de consciência intelectual e de consciência moral” (Piaget, 1977, p. 52) e lhe é atribuída o caráter autônomo e de adaptação à reciprocidade, isto por se distanciar do egocentrismo e da heteronomia.

O autor conclui então que o pleno desenvolvimento humano se caracteriza pela autonomia intelectual e moral e que se respeite o mesmo em outrem. Assim, o direito à educação não é apenas o direito de frequentar escolas, mas o direito a ter nas escolas a possibilidade de desenvolver plenamente sua personalidade.

E uma nova questão aparece para Piaget, sobre se será possível formar estas personalidades autônomas com os métodos empregados pelas escolas tradicionais, que tem como característica a “submissão intelectual dos alunos à autoridade moral e intelectual do professor” (Piaget, 1977, p. 51).

Piaget defende que a submissão dos alunos à autoridade e as lições de moral do professor não são resposta quando se quer desenvolver nos alunos consciências livres e personalidade autônomas e recíprocas, pois, justamente, há uma submissão, uma obediência que é unilateral – apenas um dos lados dita as regras – o que caracteriza a heteronomia.

Para a construção paulatina da autonomia, o espaço educativo deve fomentar a interação e a discussão entre os próprios alunos, de modo que percebam a necessidade da ordem e das regras e possam, eles mesmos, elaborá-las, com a orientação do professor. Deste modo, a obediência não será fruto da disciplina externa, de maneira submissa. Ao contrário, será recíproca e autônoma, pois foi construída a partir da necessidade mútua e será respeitada mutuamente.

Este método, denominado ativo, pode ser aplicado tanto à educação moral quanto intelectual e promove algo singular, que é o fato da própria criança “construir os instrumentos que a irão transformar, partindo do interior, ou seja, realmente e não mais superficialmente” (Piaget, 1977, pg. 69).

Com esta afirmação do autor fica evidente a necessidade de uma educação para a autonomia, com papel ativo e potente dos educandos, em que os conteúdos façam sentido real e verdadeiro em suas vidas – podendo ser construídos por eles próprios, em vez de serem conteúdos reproduzidos que não façam sentido a suas vivências.

Para Hannah Arendt (1954), a essência da educação é natalidade, o nascer para o mundo da cultura e das produções humanas – difere do nascimento, de caráter biológico. No mais, acrescenta que é pela educação que se cuida das crianças e dos jovens e que sem esta, eles seriam abandonados à própria sorte e nosso mundo iria às ruínas sem seus novos saberes.

Desta forma, a educação é entendida como uma ação de formação integral das pessoas, a fim de que se conheça e perpetue o mundo com novos saberes. Assim, o propósito principal da educação seria permitir aos mais novos conhecer,

valorizar e apreciar os conhecimentos já elaborados pelas antigas gerações e ao mesmo tempo dar condições a estas novas gerações de poderem construir novas respostas quando estiverem atuando efetivamente no mundo, isto é na sociedade, como adultos.

Poder-se-ia então perguntar como isso seria possível. Alguns documentos recentes indicam um caminho.

Para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: *aprender a conhecer*, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; *aprender a fazer*, para poder agir sobre o meio envolvente; *aprender a viver juntos*, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente *aprender a ser*, via essencial que integra as três precedentes. É claro que estas quatro vias do saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contato, de relacionamento e de permuta. (DELORS et al., 1996, pg. 89-90).

Delors et al. (1996) respondem à pergunta, explicitando os quatro pilares da educação, marcando a igual importância entre aprender conteúdos cognitivos e não cognitivos, isto é, apoiar-se igualmente nos quatro pilares da educação porque assim será possível formar uma pessoa integral, tanto no cognitivo quanto no prático.

O aprender a conhecer, objeto principal da escola atual (ibid.), pressupõe o domínio e conhecimento das ferramentas que produzem saber, isto é, aprender não só conhecimentos acumulados, mas também as metodologias científicas, para aprender a aprender. Instrumentalizar-se para compreender o mundo ao seu redor e assim estimular a criatividade e curiosidade científica, o prazer pela descoberta.

No mais, aprender a conhecer implica no exercício das faculdades humanas de atenção (duração e aprofundamento da apreensão para que seja possível a descoberta), memória (cultivada e seletiva frente aos conteúdos a serem memorizados) e pensamento (encadeamento do pensar através da combinação de métodos dedutivos e indutivos). Somando estas orientações, as pessoas serão capazes de continuar aprendendo, ao longo da vida, a partir de diferentes experiências.

O aprender a fazer, indissociável do aprender a conhecer, refere-se a como ensinar a colocar em prática os conhecimentos adquiridos. Os autores (ibid.) relacionam este aprender à formação profissional e afirmam a necessidade de se evoluir da simples transmissão de práticas, da preparação de um trabalhador para uma tarefa material. Ou seja, é necessário que se aprenda a lidar com diferentes situações, inclusive trabalho em equipe.

O aprender a viver com os outros, tem como princípio fundamental a descoberta do outro – e necessariamente de si mesmo – para compreender o outro em sua totalidade – seu lugar, sua visão, suas reações, crenças, etc. O diálogo e a troca de argumentos são postos como instrumentos indispensáveis para a educação no novo século.

A urgência deste aprender é colocada a partir da constatação de que no decorrer do século XX a humanidade mostrou seu potencial de autodestruição – vide as duas Guerras Mundiais, por exemplo –, a opinião pública tornou-se “observadora impotente” (ibid. p. 96) e a educação pouco pôde fazer neste cenário. No mais, a atividade econômica atual tem incentivado a competitividade e sucesso individual em vez da colaboração e trabalho em equipe, favorecendo guerras econômicas e tensões sociais.

A orientação para melhorar este estado é a de promover projetos e objetivos comuns, num contexto igualitário que acolha as diferenças sem preconceitos e proporcione a cooperação entre as partes. Isto porque os objetivos em comum tendem a reduzir conflitos, uma vez que todos estarão conectados a um mesmo propósito, valorizando aquilo que tem em comum.

Desta forma, tem-se a necessidade de se conhecer a si mesmo para então conhecer o outro, respeitá-lo em sua alteridade e juntos, trabalharem em projetos comuns.

Sobre a descoberta do outro, Delors et al. (ibid.) enfatizam a importância do trabalho na primeira infância e lhes responsabiliza por aproveitar as circunstâncias que surgem para que se aprenda e exercite a favor da diversidade. Aos jovens, o ensino de geografia humana, história e teologia são entendidos como potentes para conhecer a si e o outro, permitindo que se adote a perspectiva do outro para compreender diferentes fenômenos.

Por fim, o aprender a ser responde ao objetivo da educação declarada pela D.U.D.H (1946) de desenvolvimento pleno/total da pessoa. Aqui, Delors et al. (ibid.) explicitam a urgente necessidade de se preparar o ser humano para pensamentos autônomos e críticos, que lhe permitam compreender o mundo a seu redor e atuar com responsabilidade e justiça.

Esta autonomia, também enfatizada e privilegiada por Piaget (1977), é posta como motor para o progresso da sociedade. Delors et al (ibid.) que a submissão aos padrões estabelecidos não combinam com a necessidade atual do século XXI, de inovação, imaginação e criatividade. Para tanto, é dever da educação “conferir a todos os seres humanos a liberdade de pensamento, discernimento, sentimentos e imaginação de que necessitam para desenvolver seus talentos, e permanecerem [...] donos do seu próprio destino” (DELORS et al., 1996, p. 100).

Apesar da discriminação entre os quatro pilares da educação e de suas conceituações, os autores afirmam que isto acontece por uma necessidade didática, ou seja, na prática as quatro formas de aprendizagem se entrelaçam e uma não seria possível sem a outra.

A apresentação acima dos documentos nacionais e internacionais aponta a convergência com autores conceituados sobre os objetivos da educação. No entanto, escolas ainda não colocam em prática o ensino destas habilidades sociais e conteúdos não cognitivos, enfim o exercício da cidadania.

Para Delors et al. (1996) os sistemas educativos supervalorizam o acesso ao conhecimento, orientando-se essencialmente ao aprender a conhecer. Deste modo, a educação não parece ser concebida como um todo, pois as outras formas de aprendizagem não tem sido objeto de igual atenção. Esta crítica, apesar de ter duas décadas, permanece atual no Brasil (CONSELHO, 2013).

La Taille, Souza e Vizioli (2004), em pesquisa sobre ética e educação, apontam a mesma contradição, do quanto se fala em ética - nas mídias e parâmetros curriculares - e ao mesmo, há pouca produção científica e poucas ações e intervenções que visem esta formação ética.

Aqui pode ser necessário explicitar que se entende ética e cidadania como conceitos diferentes, mas ambos são considerados imprescindíveis e conectados para a formação integral do educando, interesse maior desta pesquisa. Assim, a pesquisa de La Taille, Souza e Vizioli (ibid.) mostra-se importante de ser comentada.

Os autores supracitados realizaram uma revisão sistemática da literatura educacional, que abrange as produções de 1990 a 2003, e avaliaram a quantidade da produção, a presença de definição do termo, a abordagem teórica, perspectiva crítica da sociedade, proposta para formação ética dos alunos e referências ao documento ética dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Sobre os aspectos quantitativos, tem-se que a produção é baixa, mas cresce timidamente na virada do século, mas ainda assim, segundo os autores, o número de queixas de docentes e discussões cotidianas sobre o tema não é refletido nas produções acadêmicas.

Nos aspectos qualitativos, resultados mostram uma baixa porcentagem de artigos que definem o tema tratado ($\frac{1}{3}$ dos encontrados); abordagens teóricas são centradas na sociologia, filosofia e psicologia moral; quase 80% dos artigos tecem críticas à escola e/ou sociedade - e surgem as problemáticas atuais da autonomia dos alunos, identidades culturais, violência, exclusão, entre outros. Por fim, quanto às propostas educacionais para estas críticas, apenas dois dos 28 artigos as apresentam - alguns por não ser o objetivo da pesquisa - mas ainda assim, os números refletem como uma prática ausente e descompassada do número das discussões.

Os autores chamam atenção para o fato de que nas pesquisas levantadas há pouca citação de autores da Educação e também nenhum dado empírico ou estudo de campo e as propostas educacionais são quase inexistentes. Os leitores são provocados com a pergunta sobre se deveria a escola comprometer-se oficialmente com a formação ética dos alunos.

Tendo em vista a contradição apontada sobre discussões e produção no campo da ética por La Taille, Souza e Vizioli (2004) e a desvalorização dos pilares da educação de aprender a ser e aprender a viver (Delors et al.), surge o questionamento sobre o que tem sido realizado atualmente nas escolas para uma educação ampla, que contemple o pleno desenvolvimento da personalidade e os quatro pilares da educação.

Considerando também que é papel do psicólogo escolar participar da construção do projeto político pedagógico, mediar conflitos entre os atores da escola, promovendo autonomia e atuar junto à equipe para entender o fenômeno educativo, evidencia-se o quanto é bastante pertinente ao psicólogo a discussão sobre as metas da educação atual e como poderá contribuir para tanto.

Pelos motivos até aqui elencados, o objetivo deste trabalho é levantar as práticas educacionais que visam o exercício da cidadania por meio de um estudo de revisão sistemática da literatura.

2 MÉTODO

Realizou-se uma revisão sistemática da literatura sobre artigos empíricos e relato de experiência de práticas educacionais, que visavam o exercício da cidadania. A busca foi feita nas bases de dados da SCIELO e PEPSIC, a partir dos seguintes descritores: autonomia *and* educação, ética *and* educação, cidadania *and* educação, resolução de conflitos, conflitos *and* educação, educação moral, moral *and* educação, educação em valores, sociomoral, educação *and* sociomoral, desenvolvimento sociomoral, habilidades sociais *and* educação.

Os critérios de inclusão dos artigos foram: a partir do ano 2009, nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola; pesquisas que contenham estudos empíricos, na educação básica, objetivando o exercício da cidadania; não houve restrição quanto à instituição educacional; foram utilizados textos encontrados completos e excluídos artigos duplicados. Como critério de exclusão, teve-se artigos que retrataram pesquisas não interventivas e as quais os participantes não fossem educandos.

A primeira leitura focalizou as referências dos artigos encontrados na base de dados, com os descritores supracitados para que fossem encontrados e discriminados para segunda parte.

A segunda leitura, dos resumos, buscou identificar seus objetivos, se eram empíricos ou relatos de experiência, e se pertenciam à educação básica.

A terceira leitura foi dos textos completos para categorizá-los dentro ou fora dos artigos a serem revisados, que contemplaram todos os critérios de inclusão. Selecionados todos os artigos para revisão, a análise fez-se a partir dos objetivos, procedimentos e resultados alcançados.

Para identificação do artigo, há um quadro contendo informações como autor e ano, título, revista e país. Para tabulação dos resultados, um quadro com autor e ano, objetivo, procedimentos, participante, filiação teórica, equipe de trabalho e resultados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira seleção, da leitura de títulos e referências levantou 137 artigos dentro do critério – a partir do ano de 2009, nas línguas inglesa, espanhola e portuguesa, textos completos e não duplicados, com a combinação de palavras descritas no método. A fim de saber se estes artigos referiam-se a intervenções na educação básica para exercício da cidadania, foi necessário ler todos os resumos.

A partir da leitura dos resumos, descartou-se 101 artigos, permanecendo 36. Estes artigos foram excluídos porque em sua maioria referiam-se a intervenções na área saúde ou educação para saúde em nível superior. Importante ressaltar aqui a grande quantidade de artigos da área de enfermagem produzidos principalmente para ética, autonomia e cidadania na formação superior. Outros foram descartados por não serem pesquisas interventivas.

Estes 36 artigos foram lidos na íntegra para confirmar seu caráter interventivo – pesquisa empírica ou relato de experiência – e foram excluídos 28 artigos por não terem esta característica.

Os artigos selecionados conforme critérios explicitados no método totalizaram oito. Contudo, um dos artigos referia-se a mesma pesquisa, mas com detalhamentos diferentes e assim foi considerada e analisada como apenas uma. A seguir, informações destes artigos selecionados:

Quadro 1. Referências e enquadre dos artigos

Autor e ano	Titulo e revista	Enquadre
MAIA, A.C.B.; EIDT, N.M.; TERRA, B.M.; MAIA, G. L. 2012.	Educação Sexual na Escola a partir da Psicologia Histórico-Cultural. Psicologia em Revista, Maringá. Brasil.	Histórico-cultural; Ed. Sexual; Humanização; autonomia; Identidade
LEVISKY, R. B. 2009.	Projeto “Abraça seu Bairro”: prevenção da violência no meio escolar e melhoria da qualidade de vida. Revista da SPAGESP. Brasil	Psicanálise Cidadania; Prevenção de violência; Cotidiano escolar.
BORGES, D.S.C.; MARTURANO, E.M. 2010. E BORGES, D.S.C.; MARTURANO, E.M. 2009.	Melhorando a convivência em sala de aula: responsabilidades compartilhadas. Temas em Psicologia. Brasil Aprendendo a gerenciar conflitos: um programa de intervenção para a 1ª série do ensino fundamental. Paidéia (Ribeirão Preto). Brasil.	La Taille e Vigotski. Resolução de conflitos; melhoria de convivência; Habilidades sociais; cotidiano escolar.
MENEZES, I.; FERREIRA, P., 2014.	Cidadania participatória no cotidiano escolar: a vez e a voz das crianças e dos jovens. Educar em Revista. Portugal	Cidadania; Cotidiano escolar.
BARROS, M. L. 2012	Narração de mitologias afro-brasileiras na educação infantil: possibilidades de atuação para uma aprendizagem democrática. Revista da SPAGESP. Brasil	Cidadania; Educação inclusiva; Identidade; Humanização. Psicanálise.
VEBBER, F. C. 2013	Psicologia escolar: relato de uma experiência no ensino fundamental. Revista Psicologia: Teoria e Prática. Brasil.	Resolução de conflitos, Relações pessoais, Educação em valores. Jean Piaget e Paulo Freire

CASTILLO-VARGAS, A.; MORA-CASTRILLO, C. 2009	Estrategia pedagógica para la deliberacion y el razonamiento sociomoral em jóvenes de secundaria. Atualidades em Psicologia, Costa Rica.	Convivência, Desenvolvimento sociomoral; Deliberação.
--	---	---

Os resultados da busca destes artigos podem ser comparados ao de La Taille, Souza e Vizioli (2004), visto que as produções mostram-se baixas – oito artigos em sete anos representam 1,14 artigos/ano – ao mesmo tempo em que a discussão sobre o assunto tem sido uma pauta importante na educação desde o final do século XX. No entanto, estes oito artigos referem-se a estudos empíricos ou relatos de experiência que apresentam estratégias eficazes para o exercício da cidadania; este número é quatro vezes maior do que os encontrados na mesma pesquisa.

Quanto à análise qualitativa, pôde-se apontar semelhanças entre os artigos, de modo que foi possível criar três categorias. Estas categorias foram intituladas a partir dos quatro pilares da educação propostos por Delors et al. (1996): “Aprender a ser: práticas educacionais com ênfase no desenvolvimento pessoal”; “Aprender a viver juntos: práticas educacionais com ênfase na boa convivência”; “Aprender a fazer: práticas educacionais com ênfase no agir sobre o mundo” e serão descritas a seguir.

Os artigos categorizados em Aprender a ser: práticas educacionais com ênfase na descoberta e desenvolvimento pessoal foram sobre educação sexual e narração de mitos. O agrupamento se deu por sua convergência de objetivos, uma vez que ambos tratam da questão da identidade do eu (cultural social e pessoal). Mesmo sendo de abordagens distintas - Psicanálise e Histórico Cultural - e com procedimentos próprios, o modo de conduzir se assemelha também, pois os autores dos dois artigos propõem reflexões e participação ativa do pensar no que se diz respeito à identidade, “humanização” e construção subjetiva, assim, inspirando o nome em relação ao desenvolvimento pessoal.

Os artigos do projeto “Abrace seu bairro”, Melhorando de convivência em sala de aula, Psicologia escolar: experiência em ensino fundamental e Deliberação e Raciocínio Sociomoral foram categorizados em conjunto tendo em vista seus objetivos, que partilham de uma mesma natureza: a boa convivência com o outro. Com diferentes abordagens e procedimentos, os quatro artigos

visam resultados como melhoria da convivência eu e outro, a partir de trabalho cooperativo, raciocínio sociomoral, prevenção de violência e qualificação de relações interpessoais. Estes quatro artigos compõem a categoria Aprender a viver juntos: práticas educacionais com ênfase na boa convivência.

Por fim, o último artigo, sobre Cidadania participatória formou uma categoria com apenas um artigo, pois não houve concordância com os outros. Neste artigo, os autores propõem a reflexão e ação em cidadania – tanto no passado, presente quanto no futuro. Por este viés, pensou-se na categoria Aprender a fazer: práticas educacionais com ênfase no agir sobre o mundo.

A seguir, os quadros de categoria e suas respectivas análises.

Quadro 2. Aprender a ser: práticas educacionais com ênfase na descoberta e desenvolvimento pessoal.

Artigos	Educação Sexual na Escola	Narração de mitologias afrobrasileiras na educação infantil
Características		
Objetivo e sua justificativa	Educação sexual ampla para autonomia e responsabilidade	Narrar mitologias afrobrasileiras para crianças a fim de se promover inclusão social do negro e identidade cultural
Filiação e Fundamentação Teórica	Psicologia - histórico cultural	Psicologia - psicanálise
Equipe de Trabalho	Estudantes de Psicologia	Estudantes de Psicologia
Participantes	Educandos de 7ª série	Educandos de 3 a 6 anos
Procedimentos e Técnicas	Discussões em grupo com temáticas a partir do PCN e dúvida dos alunos	Leitura em grupos de mitos afrobrasileiros para crianças e acolhimento de suas manifestações
Resultados favoráveis?	Sim - dimensões biológicas e subjetivas (culturais, sociais e identidade)	Sim - identidade cultural

A categoria Aprender a ser: práticas educacionais com ênfase no desenvolvimento pessoal, composta por dois artigos que se articulam através de seus objetivos, apresentam filiações teóricas diferentes, mas ambos foram realizados por psicólogos, afirmando e expondo a possibilidade de atuação deste profissional em grupos e discussões acerca de temas da subjetividade e

desenvolvimento – sexualidade, etnia, raça, identidade - como proposto pelo Conselho Federal de Psicologia (2013).

Identificou-se esta categoria como a mais próxima do pilar aprender a ser uma vez que visa o conhecimento de si mesmo – premissa para o conhecimento do outro, sua aceitação e respeito – e de forma autônoma, conforme será explicado.

Quanto aos seus participantes, por mais que tenham idades bastante distintas – alunos de creche (3 a 6 anos) e de sétima série (aproximadamente 13) possuem papel importantíssimo na intervenção, pois não só eles são beneficiados, mas também colaboram com a própria intervenção. Desta forma, o papel dos participantes destes dois artigos converge, pois tiveram participação ativa em diferentes etapas da pesquisa: na educação sexual, as dúvidas dos alunos contribuíram para a elaboração dos temas dos grupos; já no caso da narração de mitos, as manifestações dos alunos – e a sensibilidade da autora – evidenciaram a temática que urgia em ser tratado, o lugar social do negro na sociedade e a autora acolheu todas as reações dos alunos durante a leitura dos mitos, propiciando ainda mais material para ser elaborado. As duas intervenções foram realizadas em grupo.

Os artigos apontam resultados considerados favoráveis uma vez que propiciaram novas formas de relação consigo mesmo e identidade cultural e social, caracterizadas pelas respostas dos alunos quanto à intervenção. No primeiro, sobre educação sexual, alunos puderam aprender conhecimentos científicos, mas também subjetivos, possibilitando a construção de um novo saber acerca de sua própria sexualidade.

No segundo, sobre identidade do negro, as crianças negras que ouviram as histórias evidenciaram identificação com as personagens negras da história, como o rei, a sereia e outros – as meninas começaram a alisar os próprios cabelos ao descobrirem que os de lemanjá eram iguais aos seus; e um dos meninos pôde correr feliz, dizendo-se rei por ser preto igual a Xangô; e todos puderam aprender sobre a história do negro em outra perspectiva, não a de escravizados, mas a da religiosidade e complexidade cultural da África.

Em ambos os casos as intervenções ultrapassam o aprender cognitivo e apenas de conteúdos informativos sobre sexualidade, história e negritude e

ensinam também o aprender a ser “para melhor desenvolver a sua personalidade e estar à altura de agir com cada vez maior capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoa” (Delors et al., 1996, pp. 97). Os relatos permitem a identificação de um desenvolvimento autônomo acerca de si uma vez que não são ensinados pelo educador e não há submissão dos educandos a sua autoridade; são construídos a partir de espaços potentes.

Quadro 3. Aprender a viver juntos: práticas educacionais com ênfase na boa convivência

Artigos Carac- terísticas	Projeto “Abrace seu Bairro”	Melhorando a convivência em sala de aula	Psicologia escolar: experiência no ensino fundamental	Estrategia pedagógica para la deliberacion y el razonamiento sociomoral
Objetivo e sua justificativa	Desenvolver projetos de prevenção de violência nas escolas e em seu entorno.	Elaboração e aplicação de um programa para melhorar a convivência na escola	Qualificar relações interpessoais	Analisar uma estratégia pedagógica (aprendizagem cooperativa; desenvolvimento de tomada de decisões e raciocínio sociomoral)
Filiação e Fundamentação Teórica	Psicologia, sociologia, educação e artes – psicanálise.	Educação, diferentes autores.	Psicologia – Piaget e Paulo Freire	Educação – diferentes autores
Equipe de Trabalho	Psicólogos, psicanalistas, artistas, educadores e sociólogos.	Professora da sala	Psicóloga	Não especificado
Participantes	Alunos de nove escolas	1ª série E.F 30 alunos	4ª Série 28 alunos	7º e 10º ano 51 alunos
Procedimentos e Técnicas	Grupos de trabalho e reflexão; elaboração e execução de ações comunitárias. Núcleos de Teatro	Lições Formais do currículo “Eu Posso Resolver Problemas”; Contação de histórias e discussão em grupo;	Avaliação de demandas; Trabalho em grupo e educação problematizada (temas: direitos	Grupo de discussão com perguntas disparadoras; facilitadores para maiores níveis de deliberação; roles, papéis,

	e Trabalho Escolar.	Relaxamento e autocontrole.	humanos e da infância e bullying.	diferentes para cada integrante do grupo; aplicação de questionário sociomoral antes e depois da intervenção.
Resultados - favoráveis?	Sim. Transformações pessoais e sociais como diminuição da violência, protagonismo juvenil nas escolas, e construção de rede.	Sim, programa considerado eficaz para resolução de problemas, aprendizagem moral e autocontrole.	Sim. Melhora nos relacionamentos e comunicação entre pares	Sim. Experiência educativa apontada como importante para o desenvolvimento sociomoral.

A categoria Aprender a viver juntos: práticas educacionais com ênfase na boa convivência, composta por quatro artigos, apresenta intervenções na educação que pretendem trabalhar a convivência de crianças e adolescentes no espaço escolar. A partir de diferentes metodologias e participantes, seus objetivos e resultados conversam bastante, podendo compor um só agrupamento.

Quanto aos objetivos relacionados à convivência, é possível encontrar, especificadamente, prevenção de violência, gerenciar conflitos, qualificação de relações e desenvolvimento de raciocínio sociomoral. Considerando que cada pesquisa tem sua peculiaridade, foram encontrados diferentes procedimentos e técnicas para as intervenções, que serão mais bem descritas a seguir.

No projeto “Abraça seu bairro”, para prevenção de violência, a intervenção começa primeiro com a equipe de trabalho, passa para a equipe das escolas e por fim, atinge os alunos. Na etapa em que os educandos se envolvem, são realizados grupos denominados Núcleos de Trabalho Escolar e Núcleos de Teatro que elaboraram projetos de trabalho e peças teatrais com o objetivo de transformar situações tidas como geradoras de violência. Estes procedimentos mostram o cuidado que se teve em antes poder construir um grupo operativo entre os educadores, que estivesse alinhado em sua tarefa e no modo de fazer a intervenção para depois incluir os educandos. Assim, primeiro há a formação dos

educadores para então propiciarem um espaço de grupo potente e criativo para os educandos se envolverem e produzirem ativamente.

A intervenção para melhoria de convivência em sala faz é composta por três módulos. Primeiro, faz uso do currículo *Eu Posso Resolver Problemas* de Shure (2006, apud Borges & Marturano, 2009), constituído por lições formais aplicadas diariamente (Habilidades prévias para solução de problemas, habilidades de solução de problemas e processo de solução cognitiva de problemas interpessoais); em seguida, há contação de histórias para discussão sobre moral, condutas das personagens e novas formas de gerenciar os conflitos; e por último, aplicam o módulo de autorregulação, com exercícios de relaxamento em situação de excitação e raiva.

Semelhante ao artigo anterior, neste também há uma formação prévia da educadora sobre os procedimentos a serem aplicados e ela é quem conduz as atividades em grupo, mas visa à participação ativa dos alunos, pois são eles que trazem os temas de discussão na contação de histórias e eles também que elaboram novas possibilidades para o enredo; e os exercícios são aplicados e ensinados quando eles indicam necessidade. Assim, mesmo com os módulos previamente estruturados, seu desenvolvimento acontecerá pela participação dos alunos.

O terceiro artigo desta categoria, que relata a experiência em uma sala de 4ª série para qualificar relações interpessoais é administrado pela psicóloga escolar da instituição e em parceria com a professora polivalente, elencam as demandas da sala: convivência e respeito entre pares. O método proposto é o de trabalho em grupo, fundamentado na “pedagogia nova” de Jean Piaget (1998, apud VEBBER, 2013) e da educação problematizadora de Paulo Freire (1997, apud VEBBER, 2013).

Assim, tendo objetivo e método definidos, a autora optou por trabalhar 3 eixos temáticos: A declaração universal dos direitos humanos, bullying e direitos da infância. Os encontros quinzenais eram intercalados entre apresentação de conteúdo, ação (observação de pessoas em cartazes, conversa com familiares, pesquisa de conceitos, descrição de características de colegas, construção de painéis informativo e lúdico), discussão e reflexão. Mais uma vez, apesar de procedimentos distintos, a condução aproxima-se bastante, pois nesta

intervenção também houve participação ativa dos educandos, que puderam a partir do conteúdo fornecido produzir novos conhecimentos.

Por fim, o quarto artigo, sobre deliberação e raciocínio sociomoral, tem como método grupo de discussão a partir de perguntas disparadoras para deliberação (descrita pelos autores como conjunto de capacidades que permite a um grupo participar de ações e discursos, com reflexão e pensar crítico, considerando diferentes pontos de vista e integrar ideias de outros para construir, em conjunto, novos conhecimentos). Neste grupo havia facilitadores para se atingir maiores níveis de deliberação e roles (papeis de atuação) para cada um dos integrantes, adaptados da teoria de aprendizagem cooperativa. O grupo se desenrolou a partir do tema da sexualidade na população adolescente e os educandos deveriam desenvolver exemplos significativos sobre a temática para a juventude costa riquenha e no processo grupal, buscarem um consenso.

Assim como nos três artigos supracitados, este último também propõe a participação ativa dos educandos, na construção da intervenção e agentes de seus resultados. Todos os artigos contaram com trabalho e discussão em grupo, evidenciando que, apesar das diferenças de método, a forma de conduzir se aproxima bastante, pois compreende a importância do papel ativo do educando e sinaliza que para se aprender a viver junto, conviver melhor, é preciso aprender a trabalhar junto e desenvolver habilidade de equipe.

Como resultados das intervenções, tem-se que os educandos foram capazes de transformar relações sociais e pessoais na escola e no território, a partir do sentimento de pertencimento e comunidade com a formação de redes no bairro; protagonismo juvenil nas escolas para prevenção de violência a partir de intervenções artísticas e criativas, no “Abraça seu bairro”.

Educandos aprenderam a considerar diferentes pontos de vista e considerar o outro no manejo de conflitos, a partir do autocontrole e desenvolvimento moral, na intervenção para melhoria de convivência. Resultados semelhantes foram encontrados no terceiro artigo desta categoria, pois melhora relacionamento e comunicação entre pares – foi possível que os educandos refletissem nos conceitos “direito” e “humano”, percebessem as diferenças entre cada pessoa, seus próprios preconceitos e tivessem consciência e esclarecimento sobre o que é bullying, violência e como isto afeta o outro.

No quarto artigo, resultados indicam que o desenvolvimento sociomoral pode ser aprimorado a partir de estratégias pedagógicas voltadas para a aprendizagem cooperativa e deliberação, pois permitem desenvolvimento de habilidades de comunicação, escuta, pôr-se no lugar do outro e considerar seu ponto de vista e o dos demais antes de se tomar uma decisão.

Estes resultados convergem com a descrição de Delors et al. (1996) sobre aprender a viver junto, pois cumprem o objetivo de descobrir o outro, permitindo que reconheçam suas semelhanças, diferenças e interdependências, desenvolvendo a empatia que possibilita a abertura para a alteridade; e de tender a objetivos em comuns, quando trabalham em grupos e tem a possibilidade de se desenvolver projetos que valorizam o que há de comum entre os envolvidos, como ações comunitárias. Os autores ainda escrevem sobre a relação professor/aluno, e a importância do professor ser referência para o educando, sugerindo a participação conjunta de ambos em projetos comuns, para que aprendem formas de resolução de conflitos.

O enquadre destes artigos no pilar aprender a viver juntos é possível uma vez que sua conceituação é “compreensão do outro e a percepção das interdependências — realizar projetos comuns e preparar-se para gerir conflitos — no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz.” (Delors et al., 1996, pp.102), características presentes nos artigos, principalmente a de grupos com objetivos e/ou projetos em comum.

Analisando os resultados das intervenções a partir destes pressupostos, é possível considerá-los como favoráveis, pois apontam a possibilidade de se trabalhar para a educação moral, resolução de conflitos e convivência com o outro. Indicam nortes para uma educação que considere o ser humano em sua complexidade e afirme que o exercício da educação compreenda a formação integral do homem, incluindo suas relações interpessoais.

Nesta categoria, assim como na primeira, as práticas educacionais se ampliam do conteúdo formal e cognitivo para o desenvolvimento pleno do homem, em suas relações humanas, com capacidade de perceber, reconhecer e respeitar o outro, evitando situações geradoras de violência e manejando conflitos de maneira eficaz e produtiva, além de desenvolverem habilidades de comunicação, deliberação conjunta e raciocínio sociomoral.

Nesta categoria, dois artigos têm na psicologia sua fundamentação teórica e os outros dois, na educação. Aqui, mais uma vez, são apontadas as possibilidades de atuação da Psicóloga Escolar no trabalho com grupo de alunos: a mediação de conflitos, qualificação das relações, discussão e prevenção de violência na escola e trabalho com direitos humanos.

Quadro 4. Aprender a fazer: práticas educacionais com ênfase no agir sobre o mundo

Artigos	<i>Cidadania participatória no cotidiano escolar: a vez e a voz das crianças e dos jovens</i>
Características	
Objetivo e sua justificativa	Investigação sobre o impacto de mudanças políticas e promoção de cidadania no cotidiano das escolas.
Filiação e Fundamentação Teórica	Educação – diferentes autores
Equipe de Trabalho	Professores
Participantes	3º ao 10º ano – 95 alunos
Procedimentos e Técnicas	Perfil Comunitário (pesquisa participativa centrada no passado e presente); safari fotográfico; grupos de trabalho.
Resultados - favoráveis?	Sim, ampliaram competências de trabalho, equipe e sensibilizaram-se quanto à cidadania.

A terceira e última categoria, apesar das similaridades com os outros artigos como desenvolvimento pessoal e exercício com o outro, tem sua especificidade bastante sinalizada, o exercício da cidadania a partir da história da comunidade. Assim, sugerindo uma categoria própria.

O nome, que faz alusão a um dos quatro pilares da educação propostos por Delors et al (1996), refere-se a aprendizagem de competências amplas, sendo estas a capacidade pôr em práticas os conhecimentos adquiridos para enfrentar diferentes desafios e situações, tanto em atividade profissionais quanto sociais, facilitadas principalmente pelo trabalho em equipe.

No caso deste artigo, os educandos aprendem e se mobilizam a colocar em prática a cidadania. Assim, por mais que não seja relacionado a formação

profissional, considera-se que pode compor este pilar da educação, pois há o agir no mundo.

Neste artigo, os estudantes são postos a fazer, criar e pensar o exercício da cidadania. Em comparação as outras categorias se assemelham neste tipo de participação, ativa e que constrói junto à intervenção e trabalha em grupo; sua amostra de alunos é heterogênea, tanto em idade quanto perfil de escola, o que acontece em mais um dos artigos desta revisão. A fundamentação do trabalho se dá a partir de diferentes autores e tem sua fundamentação na educação e são os professores quem conduzem a intervenção, como em outros dois artigos.

Por fim, seus resultados são considerados favoráveis, como em todos os outros artigos. No caso específico deste, os alunos adquiriram habilidade de comunicação, escuta e trabalho em equipe, o que pode ser considerado como desenvolvimento pessoal e moral, por considerar o outro em sua singularidade e ser capaz de relacionar-se com este outro. Além disto, foram apontados resultados favoráveis para a sensibilização do exercício da cidadania, pois puderam analisar criticamente seus direitos e deveres, construir uma visão pessoal e crítica sobre a cidadania e levantamento das possibilidades de ação.

Em todos os artigos foi possível encontrar um aspecto diferente da educação tradicional e conteudista, como proposto por esta pesquisa. As intervenções trazem as outras formas de aprender - a ser, a viver juntos e a fazer no mundo - propostas por Delors et. al (1996), que contribuem para a aproximação do pleno desenvolvimento do ser humano, como explicita a DUDH (1948). Isto porque fica claro o desenvolvimento de habilidades sociais de trabalho em equipe, comunicação, raciocínio moral, resolução de conflitos, entendidos como diferentes aspectos do exercício da cidadania, também previsto pelos documentos nacionais de educação (BRASIL, 1990; BRASIL, 1996; BRASIL, 1997).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi fazer uma revisão sistemática da literatura de modo a encontrar trabalhos com intervenções que promovessem o exercício da cidadania - este entendido como todas as práticas voltadas para o desenvolvimento pleno da personalidade humana afora os conteúdos cognitivos; e analisar estas intervenções (práticas educacionais).

A produção da literatura mostra o interesse da Psicologia e da Educação nas intervenções para o exercício da cidadania e dos pilares da educação aprender a ser, a fazer e a viver juntos, como propõem Delors et. al. (1996), com pesquisas que visam à descoberta e desenvolvimento pessoal, convivência e práticas cidadãs.

Contudo, pode-se considerar que as produções ainda não correspondem à discussão presente nos documentos internacionais (DUDH, 1946; DELORS et al. 1996) que servem de parâmetro para metas da educação; isto é, há pouca produção (1,14 ao ano, em média) para um assunto considerado urgente para o século XXI.

As hipóteses são tanto a de que a educação básica ainda apresenta resistências em relação a esta temática (DELORS et al. 1996; CONSELHO, 2013); quanto que a publicação científica, de interesse acadêmico, não inclui muito do que é praticado nas instituições educacionais, sendo possível haver muitas práticas no cotidiano escolar que não são relatadas ou as quais não são objeto de pesquisas científicas.

Ambas as hipóteses não puderam ser verificadas neste trabalho e, portanto, sugerem-se pesquisas que tenham como problemática a implementação do exercício da cidadania na educação básica e não apenas as intervenções realizadas e publicadas, como se propôs esta pesquisa.

Para os trabalhos futuros, é necessário considerar o limite desta pesquisa, que inclui apenas artigos de periódicos das bases de dados Scielo e Pepsic. Em próximas pesquisas devem ser incluídas teses, dissertações e livros – categorias diferentes destes artigos. Deste modo, será possível ter um panorama melhor da produção atual.

No que diz respeito à psicologia escolar, as contribuições desta com as metas da educação ficam evidentes uma vez que suas atuações, encontradas nas intervenções dos artigos analisados, correspondem com o aprender a ser e aprender a viver juntos e assim favorecem o desenvolvimento pleno da personalidade humana.

Estas intervenções presentes nos artigos convergem com algumas propostas do Conselho Federal de Psicologia (2013) para a atuação da psicóloga na educação básica, que envolve trabalho com grupos de alunos em temas que colaborem para o desenvolvimento pleno da personalidade humana, como cidadania, identidade, raça e etnia, sexualidade, violência e conflitos.

Outras propostas de atuação são citadas pelo mesmo documento e podem interferir direta ou indiretamente na educação para o exercício da cidadania, como a participação da psicóloga no auxílio e execução do projeto político-pedagógico (que envolve metas e valores da instituição junto a estratégias); a intervenção da psicóloga no processo de ensino aprendizagem (com alunos, famílias, educadores); a formação de educadores (relações da subjetividade com o processo educacional, por exemplo); e o trabalho da psicóloga na educação inclusiva.

5 REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. Entre o passado e o futuro. Ed. Perspectiva. 1954

BOCK, A. M. B. A Psicologia no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 30, n. esp., p. 246-258, 2010.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília : MEC/SEF, 1997.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para a atuação de psicólogas(os) na educação básica. 1 ed. Brasília. 2013

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. Caderno Temático vol. 6: Psicologia e educação: contribuições para a atuação profissional. São Paulo - São Paulo: CRP SP, 2008.

DELORS, J. et al. Educação, um tesouro a descobrir: relatório para a Unesco da Comissão internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo. Ed. Cortez, 1998

GOMES, W. B. Pesquisa e Prática em Psicologia no Brasil. Rio Grande do Sul, 2003. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/museupsi/ppnb.htm>>. Acessos em 10 de novembro de 2015.

LA TAILLE, Y. de ; SOUZA, L. S. ; VIZIOLI, L. Ética e Educação: um revisão da literatura nacional. *Revista Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 30, n.1, p. 91-108, jan./abr. 2004.

OLIVEIRA, D. T. ; LEONARDO, N. S. T. A queixa escolar: perspectivas de atuação do psicólogo. *In: XI CONPE, 2013. Uberlândia. Anais dos Trabalhos Completos.* 2013. p. 223-232.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em < <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acessos em 06 out 2014.

PIAGET, Jean. Para onde vai a educação?. Ed: UNESCO, Rio de Janeiro, 1997. 5ª ed.

PROENÇA, M. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. Caderno Temático vol. 6: Psicologia e educação: contribuições para a atuação profissional. São Paulo - São Paulo: CRP SP, 2008.

SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA. Carta De Brasília. Seminário Nacional - Ano Da Educação Do Sistema Conselhos De Psicologia. Psicologia: Profissão na Construção da Educação para Todos. 2009. Disponível em < <http://www.crprj.org.br/publicacoes/cartilhas/ano-educacao-resultado.pdf> > Acessos em 16 de set. 2015.

6 ARTIGOS ANALISADOS

BARROS, M. L. Narração de mitologias afro-brasileiras na educação infantil: possibilidades de atuação para uma aprendizagem democrática. *Revista da SPAGESP*. São Paulo. Vol. 13, nº 1, pp. 62-78. 2012

BORGES, D.S.C.; MARTURANO, E.M. Aprendendo a gerenciar conflitos: um programa de intervenção para a 1ª série do ensino fundamental. *Paidéia*. Ribeirão Preto. Vol. 19, nº 42. 2009.

BORGES, D.S.C.; MARTURANO, E.M. Melhorando a convivência em sala de aula: responsabilidades compartilhadas. *Temas em Psicologia*. Vol. 18, nº 1, pp. 123-136. 2010

CASTILLO-VARGAS, A.; MORA-CASTRILLO, C. Estrategia pedagógica para la deliberacion y el razonamiento sociomoral em jóvenes de secundaria. *Atualidades em Psicologia*. San José, Costa Rica. Vol. 23, nº 24, pp. 103-109. 2009

LEVISKY, R. B. Projeto “Abrace seu Bairro”: prevenção da violência no meio escolar e melhoria da qualidade de vida. *Revista da SPAGESP*, São Paulo. Vol. 10, nº 2, pp. 41-48. 2009

MAIA, A.C.B. ; EIDT, N.M. ; TERRA, B.M. ; MAIA, G. L. Educação Sexual na Escola a partir da Psicologia Histórico-Cultural. *Psicologia em Revista*, Maringá. Vol. 17, nº 1, pp. 151-156, jan./mar. 2012.

MENEZES, I. ; FERREIRA, P. *Cidadania participatória no cotidiano escolar: a vez e a voz das crianças e dos jovens*. *Educar em Revista*. Curitiba. nº 53, pp. 131-147, jul./set. 2014.

VEBBER, F. C. Psicologia escolar: relato de uma experiência no ensino fundamental. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*. Porto Alegre. Vol. 15, nº 1, pp. 194-207. 2013.